

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**SINDICALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E
CONTINGÊNCIA DA AÇÃO SINDICAL**

FAGNER SUTEL DE MOURA

Orientadora: Sonia Maria Karan Guimarães

**Trabalho apresentado para obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul**

PORTO ALEGRE

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**SINDICALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E
CONTINGÊNCIA DA AÇÃO SINDICAL**

FAGNER SUTEL DE MOURA

Orientadora: Sonia Maria Karan Guimarães

PORTO ALEGRE

2009

AGRADECIMENTOS

À minha família, e em especial à minha mãe, pela formação e educação que me foi dada,

À minha namorada Ivone Rosales, pelo carinho, companheirismo e motivação,

À sociedade que contribui com seus esforços e impostos para manutenção de nosso Estado, e também da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entidade que hoje me oferta a oportunidade de conquista de um título acadêmico,

À toda comunidade que constitui a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e contribui para que esta seja uma Universidade modelo e de alta qualidade na promoção do Ensino, Pesquisa e Extensão,

Aos moradores da Casa dos Estudantes da UFRGS – CEUFRGS – pela amizade e companheirismo durante os cinco anos em que dividimos este lar universitário,

Aos amigos que contribuíram com seu companheirismo para me tornar uma pessoa mais corajosa e motivada para levar a cabo o presente trabalho,

A minha orientadora Sonia Maria Karan Guimarães, pela orientação, amizade e motivação,

Ao professor Ellis Alindo D'Arrigo Busnello por sua amizade, incentivo e exemplo como o Homem Acadêmico que é; sempre engajado com o progresso da Universidade, incentivando o Ensino, Pesquisa e Extensão; fazendo com que a Universidade seja um organismo competente na alavancagem do progresso de nosso país.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RESUMO | 7 |
| ABSTRACT | 8 |
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1. AÇÃO SINDICAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO | 11 |
| 2. O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES..... | 20 |
| 3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS | 23 |
| 4. METODOLOGIA..... | 32 |
| 5. CARACTERIZAÇÃO DOS SINDICATOS ESTUDADOS | 38 |
| 6. A AÇÃO SINDICAL NO CONTEXTO DE SEUS ESTADOS | 40 |
| 7. CONCLUSÕES..... | 56 |
| 8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 62 |

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Distribuição de Boletins por Setor em cada Estado em 2005..... | 40 |
| Tabela 2 – Frequência de Tópicos por Estado em 2005..... | 41 |
| Tabela 3 – Comparativo dos Temas Emitidos nos Boletins por Segmentos de Empresas em 2005 | 44 |
| Tabela 4 – Distribuição de Boletins por Setor a cada Estado em 2006..... | 46 |
| Tabela 5 – Frequência de Tópicos por Estado em 2006..... | 46 |
| Tabela 6 – Comparativo dos Temas Emitidos nos Boletins por Segmentos de Empresas em 2006 | 50 |
| Tabela 7 – Distribuição de Boletins por Setor a cada Estado em 2007..... | 51 |
| Tabela 8 – Frequência de Tópicos por Estado em 2007 | 52 |
| Tabela 9 – Comparativo dos Temas Emitidos nos Boletins por Segmentos de Empresas em 2007 | 55 |

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A Banca Examinadora resolveu atribuir o conceito para o aluno Fagner Sutel de Moura na disciplina HUM 04823 – Trabalho de Conclusão – Sociologia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Profa. Sônia M. K. Guimarães, Dra.

(Orientadora)

Prof. Marcelo Kunrath Silva

(Membro)

Prof. Fernando Coutinho Cotanda

(Membro)

RESUMO

Este é um estudo sobre ação sindical, que toma como objeto de pesquisa os sindicatos do setor de telecomunicações, no contexto de significativas mudanças tecnológicas, organizacionais e laborais pelo qual esse setor passou após a privatização. As duas últimas décadas tem apresentado significativas mudanças na economia mundial, o que repercute nas relações de trabalho e no fazer sindical. O tema da ação sindical no Brasil tem sido amplamente debatido, sem no entanto produzir algum tipo de teorização a respeito. Partindo de muitos estudos de caso, as análises apontam para a estagnação da ação sindical, na medida em que os sindicatos estariam adotando posturas menos combativas ao defenderem os interesses dos trabalhadores, colaborando mais com as empresas. Essa literatura entende a ação sindical como homogênea e colaboracionista, mas sustento que essa posição pode estar equivocada em alguns casos. Com apoio nesta discussão busco analisar se as estratégias adotadas pelos sindicatos se diferenciam dependendo do contexto, o que possibilita avaliar a criatividade da instituição sindical na atualidade. Para desenvolver essa argumentação, analiso as dimensões ação sindical, postura sindical, mobilização e colaboração a fim de promover uma análise comparada, de boletins sindicais dos três segmentos econômicos (“core”, subcontratadas e “call-centers”) do setor de telecomunicações no RS, SC, DF e SP. O presente estudo aponta para a existência de posturas e ações típicas entre os sindicatos, mas que em meio a estas, outras ações e posturas estariam surgindo apontando traços de criatividade do fazer sindical, o que nega a hipótese de que a ação sindical brasileira estaria se homogeneizando e adotando características colaborativas e menos combativas.

Palavras chave: ação sindical, postura sindical, mobilização e colaboração

ABSTRACT

This is a study about the trade union activity, which takes as research object the telecom industry Unions in a context of significant technological, organizational and labour changes after privatization. The two last decades showed outstanding changes in the world economy; it affects the work relationships and trade Union activity. In Brazil, the matter of trade Union activity has been widely discussed; however, it did not produce any kind of theorization. From several case studies the analysis it is pointed at the stagnation of the trade Union activity, in so far as labour Unions would be adopting less combative postures by defending the worker interests and collaborating more and more with enterprises. Such literature regards the trade Union activity as homogeneous and collaborative, but in this study is affirmed that position could be wrong in some cases. It is aimed to analyse, based on that discussion, whether the adopted strategies by the labour Unions differentiate among them, depending on the context, which allow to assess the creativity of labour Union nowadays. In order to develop that argument, it is analysed the dimension of the trade Union activities, the labour Union posture, mobilization and collaboration, seeking to promote a comparative analysis of newsletters from labour Unions belonged to three economic segments (core, subcontracting and call centres) of telecommunications industry in Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal and São Paulo. This study shows the existence of postures and typical actions between labour Unions, however, besides of those, other actions would be arising which appoint at the creativity traces of trade Union activity, this denies the hypothesis that Brazilian trade Union activity would be getting homogeneous and would be adopting collaborative and less combative characteristics.

Key-words: trade Union activity, labour Union posture, mobilization and collaboration.

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é a ação sindical, no Brasil, no contexto da reestruturação produtiva. Discute em que medida - considerando-se a conjuntura econômico-social, no caso, o contexto de reestruturação produtiva - é possível pensar-se a ação sindical como resultado de uma ordem estrutural que se sobrepõe aos atores e limita suas ações; ou antes, a ação sindical apresenta-se com diferentes configurações de acordo com as estratégias atores envolvidos e as possibilidades históricas, culturais e ideológicas que fazem os atores escolher caminhos próprios, o que implica na produção de posturas sindicais diversas de acordo com cada contexto sindical.

O tema de pesquisa proposto se justifica considerando-se que o mesmo não tem merecido teorização adequada e, conseqüentemente, há escassa orientação metodológica para análises de ações coletivas do tipo sindical. A pesquisa aqui desenvolvida visa a estabelecer uma primeira exploração sobre o objeto investigado, assim como servir como ferramenta reflexiva e falsificável.

A pesquisa visou a contemplar a análise de sindicatos que têm representação sindical em diversas empresas do setor de Telecomunicações que empregam categorias profissionais diferenciadas, que constituem um mosaico de situações jurídicas e profissionais (Santos, 2006). Essa mesma diversidade de categorias e empresas pode reproduzir a diversidade supracitada e assim revelar a diversidade de posturas sindicais frente aos diversos segmentos empresariais e profissionais, revelando assim possíveis tendências num mesmo ramo ou federação de sindicatos

o que acabaria por manifestar uma possível diversidade e complexidade do fenômeno analisado (Guimarães, 2005).

O objetivo central do estudo foi o de mapear a ação sindical nos diferentes segmentos de empresas abrangidos pelos sindicatos de telecomunicações dos estados do RS, SC, SP e DF. Os objetivos secundários foram os seguintes: a) Investigar o tipo de ação sindical (autônoma, heterônoma) segundo os diferentes estados analisados; b) investigar o tipo de ação sindical (autônoma, heterônoma) segundo os respectivos segmentos empresariais de cada estado; c) investigar a possibilidade de variação na postura sindical (mobilizadora ou conciliadora) segundo os diferentes estados analisados; d) investigar a possibilidade de variação na postura sindical (mobilizadora ou conciliadora) segundo os respectivos segmentos empresariais de cada estado.

O estudo foi dividido em seis partes; na primeira parte foi revisitada a literatura atual sobre a ação sindical brasileira; na segunda parte foi feita a descrição do setor de telecomunicações no período pós-privatização; a terceira parte foi constituída pela orientação teórica que norteia o presente estudo; já na quarta parte descreve-se a metodologia utilizada para a realização deste estudo; a quinta parte foi reservada para a descrição do objeto deste estudo, neste caso, os sindicatos de Trabalhadores em Telecomunicações dos estados do RS, SC, DF e SP; e por fim foi realizada a discussão dos resultados obtidos com a pesquisa e apresentadas as conclusões originadas dos dados coletados.

1. AÇÃO SINDICAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A literatura sobre o sindicalismo brasileiro é vasta. Durante as duas últimas décadas muitos estudos sobre o tema foram publicados, no entanto, observa-se dificuldades em termos de consenso. Além disso, as análises tendem a ser mais descritivas e a teorização sobre o tema escassa (Costa, 2000; Guimarães, 2005), porém, alguns traços gerais podem ser encontrados na referida literatura.

Em geral, os autores tanto do exterior (Hyman, 1997), como brasileiros referem-se a uma nova fase pela qual o sindicalismo internacional, e também, brasileiro estariam passando (Guimarães, 2005; Santos, 2006), em razão da reconversão econômica (Neto e Neves, 2000), alteração de paradigmas tecnológicos (Silva e Graciolli, 2001), e seu impacto no mundo do trabalho que conseqüentemente repercute na ação sindical (Neto e Neves, 2000; Pochmann, 2005).

Alguns autores tendem a interpretar esse processo como resultado de uma estrutura maior que se sobrepõe à ação sindical, tanto no contexto nacional quanto internacional (Alves, 2002). Tal estrutura é identificada de diferentes maneiras: como globalização (Alves, 2002), oligopolização (Santos, 2006), liberalização (Guimarães, 2007), desregulamentação (Hyman, 1997), mundialização (Cavalcante), transnacionalização (Costa, 2000), mas a mais comum é o conhecido termo “neoliberalismo” verificado em inúmeros trabalhos (Simões, Fernandes *et al.*; Boito_Jr, 1996; Alves, 2002; Araujo, Ferraz *et al.*, 2005; Guimarães, 2007).

Na maioria das discussões sobre o sindicalismo contemporâneo há a tendência em apontar que a instituição sindical estaria em crise (Santos, 2006) e

que seu papel estaria sendo redefinido em razão de processos mundiais pelos quais a economia internacional vem passando (Guimarães, 2005). Porém afirmar a crise do sindicalismo contemporâneo supõe tomar o sindicalismo anterior como parâmetro. Nesse caso, desconsidera-se a historicidade do mesmo e as condições específicas que permitiram a constituição das diversas fases pelas quais passaram o sindicalismo internacional e brasileiro (Santos, 2006).

O caso brasileiro mesmo sendo influenciado por fatores externos possui algumas peculiaridades como, seu caráter corporativo e pulverizado no que diz respeito à sua ação (Pochmann, 1996; 2005). Corporativo porque o sindicalismo brasileiro tradicionalmente esteve tutelado e fortemente ligado ao Estado mais do que aos interesses dos trabalhadores. Pulverizado porque a ação sindical hoje se dá de empresa em empresa, não havendo mais o sindicalismo constituído de forma a privilegiar a luta de classes, e portanto, a união dos trabalhadores por meio da instituição sindical que estimulava a criação de uma consciência de classe, e o dualismo classe trabalhadora versus capital (Alves, 2006). Atualmente, a luta sindical ocorre de forma pontual segundo os interesses específicos de categorias profissionais e suas respectivas empresas (Santos, 2006).

Algumas críticas são feitas ao sindicalismo brasileiro, sobretudo à suas práticas paternalistas e setorializadas (Boito_Jr, 1996), no entanto, essas mesmas práticas configuram-se como um primeiro delineamento do que poderá vir a ser o tão discutido pluralismo sindical, caso ele ocorra (Neto, 1995).

No Brasil, a instituição sindical carece de legitimidade como instância relevante no processo de regulação do trabalho (Neto, 1995), muito em função

do longo período em que foi aliado e tutelado pelo Estado (Silva e Gracioli, 2001), emancipando-se somente no final dos anos 70, quando surge o chamado “novo sindicalismo” na esteira dos movimentos que se insurgiam para contestar o regime militar vigente (Boito_Jr, 1994; Neto e Neves, 2000). Já o corporativismo, ainda latente, também configura-se como bloqueio para alteração dos padrões atitudinais dos sindicatos, uma vez que abrir mão do corporativismo significa a perda de privilégios por parte de uma elite sindical mais próxima dos interesses empresariais e das altas hierarquias do sistema sindical brasileiro (Neto, 1995).

Num contexto em que se debate a liberdade sindical e extinção do corporativismo, a possibilidade de negociação coletiva de trabalho configura-se como a criação de um espaço de maior liberdade sindical, na medida em que, novas relações de trabalho se estabelecem sem intermediação estatal e sem o protagonismo dos dirigentes sindicais apenas, permitindo assim que os interesses dos próprios trabalhadores sejam promovidos e agregados uma vez que a negociação se realiza de forma direta entre empresa e sindicatos com participação direta dos trabalhadores por meio de assembleias, sem intermediação ou regulamentação do Estado (Neto, 1995). Segundo Pochmann, a negociação coletiva oriunda do novo sindicalismo permitiu que os sindicatos se desvencilhassem da tutela do Estado na medida em que esta atividade substituiu os dissídios, e gerou uma nova modalidade de negociação em que os trabalhadores foram incluídos na negociação criando uma nova forma de manifestação dos trabalhadores sem intermediação Estatal e sem a exclusividade dos dirigentes sindicais (Pochmann, 1996).

Mas se por um lado a negociação coletiva, no Brasil, permitiu uma maior mobilização dos trabalhadores, na medida em que exige destes, mobilização para discussão, elaboração e avaliação de pautas e propostas de acordos coletivos de trabalho (ACTs), por outro, a fragmentação dos acordos coletivos de trabalho por empresas gerou a fragmentação da classe e um novo corporativismo sindical na medida em que interesses específicos a cada empresa/setor passaram a pautar as negociações, descobrindo interesses mais gerais (Pochmann, 1996).

Muitos estudos sobre o sindicalismo brasileiro tendem a apontar a ação sindical como algo que deva ser essencialmente mobilizadora e combativa, descaracterizando aqueles sindicatos que adotam posturas diferenciadas como os sindicatos que buscam aliar os interesses dos trabalhadores aos interesses patronais numa espécie de regime de colaboração ou compartilhamento de responsabilidades e ganhos (Cavalcante; Boito_Jr, 1996).

Segundo esta literatura, coexistem no Brasil duas correntes sindicais: uma mobilizadora e combativa, também chamada de sindicalismo autêntico (Boito_Jr, 1996; Neto e Neves, 2000), e uma outra mais institucionalizada, “concertante”, disposta ao diálogo com as empresas e voltada também para os interesses empresariais, corrente esta chamada sindicalismo de resultados (Boito_Jr, 1996), ou sindicalismo corporativo (Boito_Jr, 1996; Neto e Neves, 2000) A segunda corrente é apontada como a transição do sindicalismo de base corporativa com o estado, para um novo corporativismo de mercado (Alves, 2006). A primeira corrente diria respeito a uma postura “Cutista” e a segunda estaria associada à postura da Força Sindical (Cavalcante; Boito_Jr, 1994; Costa, 2000; Silva e Graciolli, 2001; Araujo, Ferraz *et al.*, 2005). Tal

diferenciação se daria em função da politização/partidarização do sindicalismo, o que impediria a construção de uma postura sindical unificada e fortalecida (Costa, 2000). Essa politização resulta numa polarização sindical, em que “cutistas” se posicionariam em um pólo à esquerda da política, e, portanto, reivindicativo e combativo; enquanto que sindicatos mais afinados aos ideais da Força Sindical, seriam sindicatos de orientação menos combativa e, portanto, portadores de uma postura mais conciliadora junto aos interesses empresariais, adotando assim uma postura colaborativa com o capital.

A mesma polarização verificada no Brasil se reproduz na Europa, ainda que as matrizes políticas que geram a polarização sindical sejam distintas das aqui existentes; a polarização sindical européia ocorre em razão de interesses distintos entre funcionários públicos e privados, ou, em função da dimensão da agenda inscrita pelos sindicatos, algumas organizações sindicais tem como agenda apenas a questão das relações industriais, enquanto outras visam discutir questões como política macroeconômica e intercâmbio político (Hyman, 1997).

Ainda que predomine a interpretação da coexistência de duas correntes sindicais no país, via de regra, as interpretações apontam para a convergência destas duas correntes, ambas direcionando-se para uma postura mais conciliadora e menos combativa frente ao capital (Boito_Jr, 1994; 1996; Silva e Graciolli, 2001).

Os tributários desta opinião afirmam que tal processo resulta em enfraquecimento dos sindicatos e conseqüentemente em perda para os trabalhadores, uma vez que as conquistas trabalhistas obtidas por meio da luta sindical ficam com fraca representação, e assim muitos direitos são ameaçados

de serem reduzidos ou extintos; uma vez que a passividade sindical permite que os interesses reformistas empresariais ganhem maior projeção e menor resistência por parte dos sindicatos, fazendo com que as idéias reformistas predominem e se materializem ao longo do tempo (Boito_Jr, 1994; 1996; Silva e Graciolli, 2001).

No Brasil, estudos sobre sindicalismo concentram-se sobre o setor metalúrgico de São Paulo (Boito_Jr, 1994; Costa, 2000), e as conclusões sobre a ação desta categoria tendem a servir de generalização para explicar a ação sindical em um país de matriz econômica diversificada e realidade político-cultural e sócio-demográfica heterogênea.

Muitos estudos além de concentrarem suas análises no setor metalúrgico, acabam privilegiando o ABC paulista como campo de análise (Boito_Jr, 1994), desconsiderando a diversidade de situações que poderiam ser verificadas em outros contextos sócio-espaciais.

A literatura aponta também para o fato de que o intenso processo de globalização e liberalização resultaram em reformas trabalhistas que reduziram direitos anteriormente adquiridos, formando massas de trabalhadores subempregados e sem estabilidade, como os que davam sustentabilidade aos sindicatos no período mais combativo e reivindicativo dos sindicatos brasileiros dos anos 1970 e 1980 (Boito_Jr, 1994). O argumento prossegue afirmando que uma nova realidade do mundo do trabalho estaria hoje configurada (Simões, Fernandes *et al.*; Araujo, Ferraz *et al.*, 2005), considerando-se que tradicionalmente a base de sustentação dos sindicatos brasileiros foi constituída de trabalhadores formais mais qualificados e de condições de trabalho menos precárias (Boito_Jr, 1994).

Somado a isso, a literatura tende a argumentar que a diversificação e terceirização de empresas pulverizou categorias dificultando assim, a ação conjunta das mesmas (Simões, Fernandes *et al.*; Neto e Neves, 2000; Araujo, Ferraz *et al.*, 2005). Segundo esta perspectiva, a diversificação e pulverização faz com que sindicatos tenham que realizar negociações por empresas caso a caso, obtendo resultados diversos, o que também acaba por reduzir a solidariedade intra-classe; o que por sua vez, leva a repensar o sentido de “categoria profissional” tradicionalmente utilizado (Araujo, Ferraz *et al.*, 2005). No entanto, para outros autores, essa pulverização pode trazer resultados positivos, pois o sindicalismo mais abrangente deixava de superar particularidades intra-classe; um modelo sindical mais pulverizado poderia então focalizar setores e superar dificuldades específicas, pois o que em um setor pode representar perda ou estagnação, em outros pode repercutir como um grande avanço (Hyman, 1997).

A realidade aponta para a constituição de novas categorias de trabalhadores, novos padrões de relações de trabalho e contrato, e novos postos de trabalho (Alves, 2006; Santos, 2006), porém, a ação sindical continua representando essencialmente trabalhadores “core”, regulares, registrados em categorias fortemente constituídas (Silva e Graciolli, 2001; Araujo, Ferraz *et al.*, 2005; Santos, 2006), sendo que um imenso quadro de trabalhadores autônomos e/ou informais constituiu-se nesse período (Neto e Neves, 2000) excluídos dos sindicatos.

A nova configuração do mundo do trabalho repercutiu diretamente na ação sindical, ora reduzindo sua base de sustentação ao contrair o número de trabalhadores core e/ou formais, assim como exigiu dos sindicatos novas

habilidades, uma vez que a agenda sindical modificou-se substancialmente (Silva e Graciolli, 2001; Santos, 2006). Entre as novas pautas da agenda surge uma das mais delicadas, que é a questão da remuneração variável PPR/PLR (Neto e Neves, 2000), apontada como elemento que aproxima os sindicatos mais das empresas do que dos trabalhadores, na medida em que exige dos sindicatos uma postura mais conciliadora e menos combativa, exigindo em contrapartida maior comprometimento dos trabalhadores para com os objetivos das empresas (Silva e Graciolli, 2001). No entanto, a ausência de estímulos como gratificações por produtividade, ou participação em lucros e resultados pode fazer com que os trabalhadores tenham um menor comprometimento com o empregador, fazendo com que aquele busque trocar de emprego tão logo surja uma nova oferta de trabalho com maior remuneração ou melhores condições de trabalho, fazendo com que a maior preocupação dos trabalhadores seja a sobrevivência a curto prazo (Pochmann, 1996).

A crítica feita ao sindicalismo diz respeito ao seu caráter reativo e burocrático, pouco criativo em que a luta de classes foi substituída pela antinomia “sociedade civil” vs. “Governo” (Boito_Jr, 1996). Afirma-se que o sindicalismo deveria ser não colaboracionista, mas crítico e intervencionista, um sindicalismo de luta que privilegie a “Luta de Classes” (Boito_Jr, 1996). Além de ser colaboracionista o sindicalismo brasileiro recente recebe críticas por ser considerado “neocorporativista” na medida em que desenvolve novos mecanismos de associação com o Estado e também com empresas (Boito_Jr, 1994), além do mais as negociações estabelecidas entre sindicatos e empresas continuam ainda muito pautadas por questões tais como questões econômicas e condições de trabalho, sendo que novas pautas poderiam surgir num tempo de

reestruturação produtiva e econômica que coloca novos desafios aos sindicatos e trabalhadores (Pochmann, 1996)

No entanto, esse leque de transformações no sindicalismo trás traços originais e outros antigos, pois o sindicalismo é um fato sócio-histórico e é influenciado pela história da sociedade que o constitui (Santos, 2006).

2. O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

Até os anos 1980 o setor de telecomunicações brasileiro desfrutou de relativa estabilidade, tratava-se de um monopólio estatal em que as condições de trabalho eram razoáveis e estáveis (Guimarães, 2006; 2007).

No entanto o setor apresentava déficit no que diz respeito a sua teledensidade (numero de telefones por habitantes) e a dificuldade de incorporação de novas tecnologias. A demanda por novas linhas e modernização das telecomunicações brasileiras era significativa já nos anos 80 (Guimarães, 2007).

Já nos anos 1990, a discussão sobre estas dificuldades tomou maior expressão, e tal processo resultou na privatização do setor (Guimarães, 2007).

Sobretudo após a segunda metade da década de 1990, o setor de telecomunicações passou por profundo processo de reestruturação que incluiu inovação tecnológica, alteração do perfil demográfico; e a principal mudança, a privatização do setor (Guimarães, 2006; 2007); considerada a maior do século XX no país (Simões, Fernandes *et al.*), este mesmo processo introduziu no setor a diversificação de empresas acabando com o monopólio estatal (Guimarães, 2006; 2007). Esse novo arranjo do setor repercutiu na ampliação dos serviços prestados e na modernização do setor (Guimarães, 2006; 2007).

Tal situação acabou por alterar os padrões operacionais do sistema e conseqüentemente as relações de emprego no setor (Guimarães, 2006; 2007). A terceirização já realizada no período estatal agora toma maior volume na medida em que as atividades à ponta da rede passaram a ser repassadas para

empresas terceirizadas ao tempo que estas atividades não eram consideradas atividades centrais (Guimarães, 2006; 2007). Algumas atividades e funções foram extintas enquanto outras novas foram criadas (Guimarães, 2006; 2007). Esta alteração modificou substancialmente o perfil ocupacional do setor (Guimarães, 2007), o quadro de trabalhadores do setor passou a ser constituído de trabalhadores mais jovens, com maior grau de instrução, e com incremento do sexo feminino (Simões, Fernandes *et al.*).

Assim o setor se expandiu, diversificou e alterou sua natureza (Guimarães, 2007), tornando-se um setor estratégico para as atividades econômicas e sociais (Guimarães, 2006; 2007). Conseqüentemente o setor assume um novo paradigma e suas funções técnicas adquirem características completamente novas, agora digitais e não mais analógicas e/ou mecânicas (Guimarães, 2007).

Tais mudanças associadas à reestruturação econômica que ocorreram paralelamente a este processo fizeram com que a reestruturação do setor de telecomunicações se desse de forma distinta dos demais setores (Guimarães, 2007); pois se estes foram afetados pela reestruturação econômica que se dava em nível mundial, aquele passou também por uma profunda reestruturação tecnológica, que o redefiniu econômica e operacionalmente.

No que diz respeito à ação sindical, estas mudanças geraram impacto direto sobre as atividades sindicais (Guimarães, 2007). Os processos de negociação que se davam de forma homogênea e em nível nacional com as empresas Telebrás e Embratel passaram a ser locais e pulverizados (descentralizados) segundo os diferentes segmentos de empresas agora constituintes do setor (Guimarães, 2007). A ação sindical passou a ser em nível

local e a ação sindical em nível nacional foi aos poucos se extinguindo (Guimarães, 2006).

Tal processo de descentralização e diversificação resultou na produção de diferenças nos resultados nas negociações sem contar que a descentralização reduziu o número de filiados, uma vez que a categoria fragmentada passou a ser um obstáculo para a agregação de interesses e adesão ao sindicato (Guimarães, 2007). Tal processo teria acabado com a perspectiva de colaboração ou antagonismo frente ao capital, obrigando os sindicatos a assumir uma postura mais pragmática (Guimarães, 2005; 2007).

Um novo elemento que surge em meio ao novo arranjo tecnológico e organizacional do setor foi o tipo de negociação salarial. Se os sindicatos estavam acostumados a negociar aumentos salariais lineares, agora as empresas estavam mais interessadas em negociar remuneração variável em que índices de qualidade, produtividade, eficiência, etc. eram responsáveis pela definição de índices de reposição salarial ou de prêmios pecuniários (Guimarães, 2007). Tal arranjo mais complexo exigiu dos sindicatos novas competências e habilidades, uma vez que dizer não a este tipo de proposta era esquivar-se de negociar em tempos novos, em meio a novas empresas, em que uma nova geração de trabalhadores ingressava no mercado de trabalho sem conhecer a história do setor e as antigas formas de organização da classe trabalhadora que agora substituíam.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O presente estudo assenta-se na perspectiva de que os fenômenos sociais não são apenas resultados passivos, determinados por fatores de ordem estrutural, mas são produtos de ações, reações e estratégias dos agentes sociais envolvidos (Giddens, 2003; Guimarães, 2005; 2006; 2007). Este enfoque supõe que os atores sociais, ainda que condicionados pela posição que ocupam nos cenários sociais mais amplos, têm possibilidades de realizar escolhas baseadas em trajetórias, construídas em contextos específicos, ordenadas no espaço e tempo (Weber, 1995; Giddens, 2003; Guimarães, 2005; 2007).

A “ação” sindical aqui é entendida como um comportamento capaz de ser compreendido em relação a um sentido ou objetivo estabelecido, e que dessa forma seja portadora de certa regularidade à medida que certos objetivos são comuns entre os indivíduos (Weber, 1995).

Este estudo assume a perspectiva de que, as estruturas pré-existentes aos fenômenos estudados não possuem significados unívocos capazes de fazer com que as atitudes adotadas pelos agentes sejam determinadas por um único significado exterior e coercitivo, portador de um sentido tal que permita aos indivíduos apenas se submeterem a ele, ou resistirem; ao contrário, as próprias estruturas e seus sentidos são construídas e mantidas pelos indivíduos, e podem ser interpretados pelos agentes, de forma que as avaliações e interpretações destes podem ser mais determinantes para suas ações do que a própria estrutura em si; assim sendo, os fenômenos oriundos de uma mesma causa podem variar de acordo com as interpretações dos agentes, em cada contexto em que estes se localizem (Weber, 2004). Por estrutura, se entende instituições às quais permeiam a vida dos indivíduos de forma extensa; são

instituições as práticas sociais, que se tornam convenções para todos que delas participam; as quais são criadas e recriadas pelos indivíduos, e são portadoras de “princípios estruturais”, ou seja, práticas institucionalizadas que permeiam a vida dos indivíduos e orientam suas ações (Giddens, 2003); as estruturas são ordens de dominação que são fruto do “agir em comunidade”, uma vez que uma estrutura social faz com que os indivíduos atuem de forma orientada por expectativas, expectativas estas, que todos esperam de um indivíduo, e este aguarda cumprimento pelos demais. As estruturas aqui são entendidas de forma hierárquica, em que a hierarquia se estabelece de acordo com a dimensão espaço-tempo que cada estrutura comporta (Giddens, 2003), ou seja, à medida que uma estrutura social ocupa uma maior dimensão espaço-temporal em sua existência, tão maior será sua hierarquia e capacidade de “coerção”, frente às demais estruturas que compõem a sociedade e que são portadoras de uma menor dimensão espaço-temporal.

Ao tratar tais estruturas sociais como modos organizacionais que se orientam pelo princípio de agir em comunidade, não se subentende com isso que o conflito inexista em tais estruturas, ou que todos se contentem com tal estrutura; nesse modelo de estrutura social cada indivíduo age de acordo com seus interesses, mas considerando as expectativas/interesses alheios; e esta constelação de interesses alheios ajustados são os elementos que organizam o arranjo de uma ordem estrutural virtual, mas que se impõe e exige dos indivíduos certas práticas que deles são esperadas; os indivíduos agem no interior de uma estrutura social de forma consensual, o que não é o mesmo que dizer que compartilham dos mesmos interesses de um ponto a outro de suas práticas. Os fins almejados pelos indivíduos podem ser diversos e até mesmo

concorrentes; o conceito de consenso social aqui abordado não pode ser confundido com o conceito de consentimento, antes se trata de um acordo onde os interesses são minimamente compartilhados de forma que cada ator saiba o que dele se espera, mas também saiba como agir em meio a tal ordem para alcançar os fins que estabelece para si (Weber, 1995). À medida que interesses diversos concorrem nesta estrutura, tal fato não anula o consenso, antes uma insatisfação pode ameaçar a estrutura, mas não a extingue na medida que tal estrutura coletivamente sustentada é portadora de recursos que lhe dão sustentabilidade e objetividade (Weber, 1995; Giddens, 2003).

Ainda que pré-existent e coercitivas, as estruturas, como práticas sociais, dependem dos indivíduos que as recriam no seu agir cotidiano. Logo o presente estudo concebe como estrutura, práticas sociais extensas que formatam ordens sociais duradouras determinantes do modo de ser e agir dos indivíduos que vivem em meio aos grupos que criam e recriam tais práticas (Giddens, 2003).

Como a sociedade não é única, mas é a constelação de uma diversidade de grupos sociais com extensão espaço-temporais diversas, as estruturas criadas e mantidas por esses grupos diferenciam-se e organizam-se hierarquicamente de acordo com a mesma extensão no espaço-tempo. Esta hierarquização gera pontos de convergência e de divergência entre as estruturas, e é justamente nos pontos de intersecção entre estas estruturas, que podem surgir espaços onde os agentes podem tecer estratégias próprias. Pois os agentes sociais não pertencem a uma única estrutura, antes transitam entre diversas estruturas sociais, que os habilitam para diversas práticas, e a racionalização destas práticas lhes permite compreender os princípios que

fundamentam a manutenção de cada estrutura; sendo que este mesmo entendimento pode servir de elemento fundamental para que os indivíduos contribuam para manutenção das estruturas, ou as subvertam, e as subvertendo alcancem fins perseguidos - e que eram limitados pelo modelo estrutural antecedente - uma vez que as práticas rotineiras destes mesmos indivíduos são o que mantém a continuidade das diversas estruturas nas quais estão inseridos (Giddens, 2003), ou seja, a matéria das estruturas aqui tratadas, são os próprios agentes que por elas são habilitados; as estruturas são convenções criadas e mantidas pelos sujeitos.

Uma vez que estruturas sociais são na verdade ordens que não tem limites definidos de forma fixa, a zona nebulosa que pode ser criada pela superposição das estruturas pode possibilitar a criação de estratégias pelos atores que venham alterar a ordem estrutural vigente, ou permitirem a ação de agentes de forma não coordenada, mas que ao final podem transformar as estruturas sem que isto tenha sido projetado, e sim como resultados não premeditados da ação (Giddens, 2003).

Ainda que o comportamento humano – elemento materializador de estruturas - possa ser dotado de regularidades, estas precisam ser compreendidas, pois fenômenos de igual configuração podem possuir motivações diversas. Assim, como um mesmo ator pode em situações semelhantes adotar posturas distintas à medida que os fins que o motivam se diferenciem ao confrontar-se com os diferentes agentes que com ele interagem, uma vez que as ações dotadas de sentido dependem da interpretação e sentido que um ator atribui à ação daquele que com ele estabelece algum tipo de interação, ou dependem até mesmo dos fins que os atores buscam em cada

momento de suas ações (Weber, 1995), resumidamente, as ações dos atores dependem da avaliação que estes fazem daqueles que com eles interagem e das oportunidades que aqueles entendem que podem obter por meio destes.

Uma vez que as estruturas são portadoras de uma dimensão espaço-temporal, e os indivíduos são elementos constituintes e re-criadores das estruturas sociais, e estes mesmos indivíduos são portadores da capacidade de compreender os sentidos das ações daqueles que com eles interagem, estes mesmos indivíduos ao compreenderem o sentido das estruturas podem reflexivamente monitorar suas ações tanto para contribuir com a manutenção ou transformação das estruturas vigentes (Giddens, 2003).

Chegamos assim ao conceito de ação dos agentes, pois para fins de análise entendemos ação social como a capacidade de agir de forma intencional, monitorada e premeditada, que pode ser tanto fazer algo, como também deixar de fazer, de acordo com os fins que se almeja alcançar; a agência humana pode ser entendida como o tipo de ação em que o agente é o “perpetrador”, ou seja, ele tem a escolha do que fazer ou não fazer, trata-se de um agir interessado e orientado pelos interesses dos demais agentes (Weber, 1995; Giddens, 2003).

A diferença entre agência e estrutura reside em que a estrutura é criada e recriada pelos agentes; estes, porém, não teorizam constantemente a respeito da manutenção da mesma, apenas agem da forma como foram socializados, e realizam o que deles se espera, reproduzem práticas que os antecedem. Mesmo sem teorizar continuamente sobre suas práticas, os atores sociais são capazes de compreendê-las. Entretanto, fins outros podem ou não ser alcançados dentro de uma dada estrutura, nesse momento, abre-se espaço para a agência

humana propriamente dita, em que os agentes propositalmente monitoram suas ações, e atuam de modo a criarem condições novas face à estrutura social existente, de forma que estas novas condições permitam que os fins almejados possam ser realizados, enquanto a antiga estrutura seja alterada.

Tanto as estruturas sociais como a agência humana, são realizadas pelos atores sociais, mas as primeiras são mais sutis para o indivíduo, ainda que coercitivas e abrangentes no tempo-espaço. Já a agência humana se restringe ao espaço tempo em que os sujeitos ocupam efetivamente, mas são mais explícitas para os indivíduos que as executam; são intencionais.

Logo, o tipo de ação que importa para este estudo, é a ação orientada pela interpretação que os atores fazem do comportamento dos outros – comportamento estruturado - e portanto, co-determinado pelo comportamento de terceiros já estruturado, e assim pode ser explicado a partir desse sentido mentalmente construído (Weber, 1995). Em última análise o que se busca é detectar de quais meios os atores se utilizam para obter determinados fins em diferentes contextos sociais (Weber, 1995); dessa forma é possível escapar da perspectiva que tende a compreender os fenômenos apenas por uma ótica estrutural, em que apenas fatores de ordem estrutural, duradoura e extensa, seriam determinantes das ações levadas a cabo pelos atores. Ao contrário, a perspectiva teórica deste trabalho visa a valorizar o indivíduo, abrindo espaço para a compreensão das ações dos atores a partir de suas próprias atitudes; entendendo-as como resultado da interação entre as forças estruturais existentes em qualquer sociedade, mas também valorizando os fins estabelecidos pelos atores, e a agência destes em meio às estruturas sociais (Giddens, 2003).

O **pressuposto** é de que a atual estrutura econômica, amparada no atual paradigma da flexibilidade (Castells, 1999) - em que não é única, mas relaciona-se com outras estruturas sociais de forma hierárquica (Giddens, 2003) - torna-se “porosa” e, portanto, mais aberta às contingências da ação, fazendo com que o repertório de posturas e ações sindicais tendam a ampliar-se.

Sendo assim pressupõe-se que novas tendências atitudinais dos atores podem ser concebidas e implementadas (Guimarães, 2005; 2007). Pois ainda que os atores possuam “preferências típicas” estas podem ser avaliadas pelos mesmos atores como limitadas para os fins estabelecidos de imediato, ou mesmo a longo prazo (Weber, 1995), ou seja, ainda que os atores valorizem, ou privilegiem um modelo de atitude ou postura, esta pode ser avaliada pragmaticamente pelos atores como desaconselhável num dado momento.

Considera-se também que os atores conscientes de suas práticas atuam de forma a considerar as possibilidades de ação, onde então o desempenho se dá não de forma apenas determinada, mas de forma co-determinada, justamente porque os atores agem reflexivamente e traçam estratégias próprias (Weber, 1995; Giddens, 2003; Guimarães, 2007), que podem ser novas ou velhas. Neste sentido de um pólo a outro poderia ser encontrada uma variedade de estratégias e formas de ação (Guimarães, 2005).

Este enfoque permite escapar ao determinismo e ao relativismo, fazendo com que a multiplicidade causal seja o elemento explicativo (Estanque, 2003), em que fatores específicos ao contexto e externos a este possam servir de causa explicativa para a manifestação da ação sindical contemporânea (Guimarães, 2005).

A partir das considerações teóricas acima formuladas, foi possível construir algumas **hipóteses** que orientaram o estudo realizado. O presente estudo parte da hipótese que os atores sociais operam de forma reflexiva considerando os diferentes contextos em que operam; o que faz com que o repertório de possibilidades atitudinais se amplie; uma vez que a estrutura econômico-social, em que os atores interagem, apesar de se impor aos indivíduos, é porosa, ou seja, permite espaços nos quais os atores podem agir de forma relativamente livre, de acordo com suas vontades e interesses.

Logo parte-se da premissa que a ação sindical em contexto amplo e diversificado como o brasileiro é plural no que diz respeito às posturas adotadas pelos sindicatos no seu agir, considerando-se os diferentes segmentos de empresas e categorias profissionais relacionadas aos mesmos, e as diferentes estratégias possíveis de serem adotadas reflexivamente. Pois as diferentes condições de trabalho e emprego no novo paradigma informacional (Guimarães, 2007), produzem realidades diversas, e fazem com que o agir sindical assuma diferentes posturas, diante desse quadro diverso e contingente.

Este estudo assume a prerrogativa de que no setor analisado, considerando os diferentes segmentos de empresas constituintes do mesmo (empresas “core”, terceirizadas e “call-centers”), é possível encontrar uma variedade de posturas atitudinais dos sindicatos, na medida em que os segmentos empresariais se diferenciam, e conseqüentemente as categorias profissionais correspondentes a estes são diferenciadas e possuem interesses específicos.

Presume-se que naquelas empresas situadas mais à ponta inferior da rede, tais como alguns “call-centers”, a postura sindical seja mais mobilizadora e combativa, enquanto que nas empresas “core” as posturas adotadas pelos sindicatos são mais burocráticas e consensuais e menos mobilizadoras.

No entanto, de acordo com a perspectiva de que os atores agem de forma reflexiva, as práticas podem diferenciar-se, mesmo que os fins estabelecidos sejam os mesmos; pois diversos meios podem ser escolhidos pelos atores, para alcançar os mesmos fins, dependendo da avaliação que fizerem daqueles que com eles interagem. Logo uma outra hipótese seria:

O tipo de ação destes atores sindicais é autônoma, implicando na produção de uma diversidade de posturas sindicais.

Tais posturas são “tipos” possíveis de serem adotados pelos sindicatos, no entanto, as mesmas podem configurar-se de formas tais que fiquem alocadas num contínuo entre estes dois tipos “exacerbados” de posturas sindicais.

4. METODOLOGIA

Para realizar o estudo tomamos como unidades de análise do presente estudo os boletins sindicais, os quais expressam os conteúdos que os agentes sindicais buscam comunicar à sua base de representação. Sendo que estes mesmos boletins são publicações direcionadas aos trabalhadores de cada empresa, onde cada boletim traz a identificação da empresa a qual faz referencia e traz como conteúdo temas/assuntos que o sindicato busca comunicar aos trabalhadores.

Para obtenção dos dados, procedeu-se primeiramente a busca dos boletins sindicais, os quais se encontram nas páginas eletrônicas dos sindicatos que se tornaram objeto de estudo. Como nem todos os sindicatos possuíam seus boletins publicados eletronicamente, ou os possuíam parcialmente, o segundo passo dado foi o de entrar em contato com os sindicatos e solicitar a disponibilização dos documentos. Tal comunicação gerou resultados satisfatórios entre os sindicatos de São Paulo e do Distrito Federal, que encaminharam os “links” que permitiam acesso ao servidor no qual estavam arquivados os boletins solicitados.

Como já foi acima informado, a unidade de análise do estudo foram os boletins sindicais, estes são documentos utilizados pelos sindicatos para estabelecerem comunicação com seus representados, sejam eles filiados ou não. Por meio destes documentos, os sindicatos buscam veicular suas idéias, assim como estimular aos trabalhadores a aderirem às pautas levadas pelo sindicato, bem como a se organizarem para discutirem questões de interesse da categoria.

Os boletins sindicais são o meio de comunicação mais utilizado entre diretoria sindical e sua base, sendo que mais de 80% dos sindicatos brasileiros já utilizavam este meio de comunicação no ano de 1996 (Pochmann, 1996).

Os boletins sindicais são produzidos com intuito de levar à base dos sindicatos as informações que a diretoria entende como mais relevantes para a informação e conscientização dos trabalhadores. Tais boletins são publicações regulares, com público alvo bem definido, na maioria dos casos os boletins são impressos com destaque do logotipo do sindicato, seguido da identificação da empresa a qual o conteúdo contido faz referência.

Após esta apresentação e identificação do boletim, o documento costuma utilizar-se de um título com palavras que buscam chamar atenção de forma breve, e finalmente é constituído de um texto que busca detalhar a mensagem do título, trazendo informações do tema ressaltado e incentivando trabalhadores a aderirem à causa veiculada no boletim.

Entre os temas mais abordados nos boletins estão, questões referentes aos Acordos Coletivos de Trabalho, denuncia de práticas das empresas, chamadas para mobilização dos trabalhadores, marketing sindical, e discussão sobre condições de trabalho e salário.

O estudo se concentrou nos Estados citados porque, embora a maioria dos sindicatos já se utilize de boletins sindicais para a comunicação com sua base, apenas os quatro sindicatos estudados mantêm disponíveis em suas páginas eletrônicas a totalidade dos boletins, ou disponibilizaram boletins mais antigos após apresentação do presente projeto.

A limitação de recursos financeiros e de tempo para estabelecer contato com os atores estudados, fizeram com que a abordagem do objeto se desse por meio de análise documental, utilizando-se do método de análise de conteúdo.

Foram reunidos os boletins sindicais dos quatro sindicatos referentes aos anos de 2005, 2006 e 2007. Todos os boletins dos referidos sindicatos foram previamente lidos antes de qualquer classificação.

Depois de observados em sua totalidade, foi feito um levantamento dos temas contidos nos diferentes boletins dos diferentes sindicatos observados. Posteriormente os boletins foram revisados e classificados segundo os conteúdos dos mesmos. A análise de conteúdo dos boletins visou a essencialmente verificar que tema formava a pauta de cada boletim, buscando identificar qual o tema principal de cada boletim o que indicava o que o sindicato visava a comunicar aos trabalhadores aos quais os boletins estavam endereçados.

Para detectar o tema, a análise se deu de forma a verificar a mensagem principal do título – unidade de registro - e a anotação da mesma; após foi feita a leitura do corpo do texto buscando captar o sentido do mesmo – unidade de contexto - (Puglise MI e Franco B, 2005), para confirmar qual tema central o boletim buscava emitir; para o que a contextualização de cada boletim foi imprescindível (May, 2004).

Posteriormente, cada boletim foi identificado pelo número de edição, pelo sindicato, o estado de origem do sindicato e o ano de edição. Também foi identificada a empresa a qual o boletim fazia referência e em que setor – “core”, “call-center” ou terceirizada – a empresa estava contida.

Foram registrados os dados dos boletins sindicais de acordo com o conteúdo dos temas emitidos nos anos de 2005, 2006 e 2007; e analisados através da distribuição de frequências dos temas, nos referidos boletins selecionados, segundo os diferentes segmentos de empresas: 1) core, 2) subcontratadas e 3) “call-centers”. A mensuração das frequências se fez necessária para extrair inferências capazes de apontar o tipo de ação que os sindicatos desenvolvem em cada segmento corporativo em cada estado, e também para captar a postura de cada sindicato a cada estado analisado.

Buscou-se identificar em que segmento de empresas os sindicatos concentram suas atividades e quais os temas abordados nos boletins a cada segmento, pois estes tendem a expressar a forma de ação elaborada pelos sindicatos, sendo as formas de ação conceituadas como “mobilizadoras” ou “conciliadoras”. Por praticas mobilizadoras entendemos aquelas como Denúncia, Chamadas para Mobilização, Marketing Sindical, realização de Acordo Coletivo de Trabalho ACT, e como práticas conciliadoras praticas como negociação de Remuneração Variável PPR/PLR, Política Nacional, Atuação Assistencial.

Em seguida buscou-se identificar em que medida os sindicatos adotam posturas autônomas ou heterônomas frente os atores com os quais se relacionam.

Para mensuração de autonomia e heteronímia dos sindicatos buscou-se verificar a homogeneidade/heterogeneidade das práticas sindicais nos diferentes estados, pois à medida que as práticas se institucionalizam e homogeneízam, isso representa redução da ação criativa dos atores, onde eles apenas reproduzem ações institucionalizadas e que são esperadas; já quando os sindicatos diferenciam suas práticas a cada contexto, isso se torna um

indicador de que um maior grau de ação criativa por parte dos atores analisados está sendo verificada, pois a diferenciação das práticas, implica na existência de diferentes estratégias estabelecidas pelos atores em questão.

Essa classificação das práticas sindicais frente às empresas permite verificar segundo a distribuição dos boletins e conteúdos analisados, o tipo de relação que cada sindicato desenvolve, nos diferentes segmentos de empresas, e verificar a existência ou não, de uma postura institucionalizada ou não, assim como mobilizadora ou não nas suas práticas, e por fim a possibilidade da existência de uma diversidade de posturas adotadas pelos sindicatos, tanto em empresas de mesmo segmento ou nas empresas dos diferentes segmentos do setor.

O conceito de ação foi a variável de análise no presente trabalho, e os temas contidos nos boletins serviram de indicadores para dimensionar a variável em questão. Tais indicadores foram utilizados no intuito de perceber se a variável ação dos sindicatos é autônoma ou heterônoma, e se postura desta mesma ação é mobilizadora ou conciliadora.

Os temas contidos nos boletins são:

- Denúncia
- Acordo Coletivo (ACT)
- Mobilização
- Remuneração variável (PLR/PPR)
- Informações Gerais
- Marketing Sindical
- Política Sindical

- Chamada para mobilização
- Cultural
- Plano de Saúde
- Periculosidade
- Salário
- Política Nacional
- Emprego
- Condições de trabalho
- Atuação Assistencial
- Dissídio
- Convenção Sindical

5. CARACTERIZAÇÃO DOS SINDICATOS ESTUDADOS

Os sindicatos que representam os trabalhadores do setor de telecomunicações são oriundos do período em que o setor de telecomunicações era estatal. Estes sindicatos resistiram fortemente ao processo de reestruturação e privatização do setor. O fracasso desta iniciativa fez com que os mesmos fossem obrigados a enfrentar um novo cenário organizacional, econômico e empresarial. As negociações que se davam em nível nacional passaram a ocorrer em nível regional, e entre diversas empresas em uma mesma região.

As empresas de uma mesma região diferenciam-se não apenas por seus grupos de acionistas, mas pelo tipo de atividade que desenvolvem. As empresas do setor se diferenciam em pelo menos três segmentos, a saber: (1) empresas mãe ou “core” em sua maioria pertencentes a corporações estrangeiras ou a grupos de telecomunicações nacionais, responsáveis pela gestão das empresas de telecomunicações propriamente ditas; (2) empresas terceirizadas, pertencentes a grupos nacionais ou estrangeiros, em sua maioria responsáveis pela manutenção das plantas interna e externas das empresas (processamento de dados, gestão de redes e manutenção do cabeamento) e (3) “call-centers” responsáveis pelo atendimento da clientela das empresas “core”.

Mesmo após o processo de privatização, os sindicatos resistiram a este novo arranjo do setor. Ao que se seguiu após privatização do setor, os sindicatos se recusaram a sindicalizar os empregados das empresas terceirizadas, pois entendiam que as atividades por estas desenvolvidas diziam

respeito a ocupações que não correspondiam essencialmente às atividades de profissionais em telecomunicações.

Em seguida, esta estratégia foi contrabalançada pelo esvaziamento dos sindicatos à medida que os antigos trabalhadores do setor passaram a ser empregados em grande parte das empresas terceirizadas, pois muitos deles ou foram demitidos das empresas “core” ou se demitiram através de incentivos oferecidos.

Com esse novo arranjo os antigos trabalhadores que pertenciam aos sindicatos de trabalhadores em telecomunicações já não se encontravam naquelas empresas às quais os sindicatos visavam concentrar sua representação, somado a isso as empresas terceirizadas passaram a concentrar grande parte dos jovens trabalhadores que ingressavam no setor. Estes trabalhadores jovens ingressaram principalmente nas empresas terceirizadas e nos “call-centers”, realizando atividades de cabeamento, instalação de redes, manutenção de redes, gerenciamento de redes nas primeiras, e prestando serviços de atendimento e vendas nos últimos.

6. A AÇÃO SINDICAL NO CONTEXTO DE SEUS ESTADOS

No ano de 2005 três dos quatro estados concentraram suas atividades em empresas do setor de “call-centers”, apenas o sindicato de São Paulo não apresentou tal postura porque atua somente entre empresas “core” (**Tabela 1**).

Já em relação aos tópicos listados nos boletins, nos quatro sindicatos o tema mais citado foi o tópico referente à Acordo Coletivo de trabalho ACT, RS 56%, SC 57,1%, DF 47,4% e SP 31%. O segundo tópico mais listado foi Denúncia, RS 12%, SC 21,4%, DF 12,1% e SP 24,1% (**Tabela 2**).

A análise destes dados demonstra que o sindicato de SC esteve altamente mobilizado, produzindo 57,1% de seus boletins com referência a ACT e 21,4% de seus boletins fazendo Denúncia.

Tabela 1 – Distribuição de Boletins por Setor em cada Estado em 2005

| Setor | | Estado | | | | |
|--------------|--|---------------|---------------|---------------|----|---------------|
| | | RS | SC | DF | SP | |
| Core | | 31,0% | 21,4% | 35,6% | | 100,0% |
| Sub | | 26,0% | 35,7% | 17,6% | | |
| Call | | 40,0% | 42,9% | 42,5% | | |
| Geral | | 3,0% | | 4,3% | | |
| Total | | 100,0% | 100,0% | 100,0% | | 100,0% |

Fonte: Boletins sindicais do RS, SC, DF e SP em 2005

Tabela 2 – Frequência de Tópicos por Estado em 2005

| Tópico | Estado | | | |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | RS | SC | DF | SP |
| Denúncia | 12,0% | 21,4% | 12,1% | 24,1% |
| ACT | 56,0% | 57,1% | 47,4% | 31,0% |
| Mobilização | 2,0% | | 5,6% | |
| PLR/PPR | 6,0% | 7,1% | 9,5% | 3,4% |
| InfoGeral | 1,0% | | ,4% | 10,3% |
| Marketing | 7,0% | | 9,1% | 10,3% |
| PolitSind | 9,0% | 7,1% | 3,0% | 6,9% |
| ChamMobil | 1,0% | | 5,2% | |
| Culrural | | | 1,3% | 3,4% |
| Plano de Saúde | | 7,1% | | |
| Salário | 3,0% | | 1,3% | |
| Emprego | | | 1,7% | |
| Condições de Trabalho | 2,0% | | 1,3% | 10,3% |
| Assistencial | 1,0% | | ,9% | |
| Dissídio | | | 1,3% | |
| Total | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: Boletins sindicais do RS, SC, DF e SP em 2005

No entanto, a análise Estado a Estado demonstra diferenças.

O Estado do RS concentrou suas atividades entre as empresas de “call-centers” 40%, “core” 31% e terceirizadas 26%. Os temas mais citados em seus boletins foram ACT, 56%, e denúncia, 12%.

A soma dos temas ACT, 61,3% entre empresas “core”, 61,5% entre terceirizadas e 52,5% entre “call-centers” e Denúncia, 6,5% entre empresas “Core”, 11,5% nas terceirizadas e 15% nos “call-centers”, aponta um alto nível de mobilização deste sindicato, ainda que o mesmo apresente características conciliadoras quando promoveu a negociação variável em 9,7% dos boletins entre as empresas “core”, e 7,5% entre “call-centers”.

O Sindicato gaúcho apresentou características mais homogêneas entre empresas “core” e “call-centers”, pois nestes segmentos apresentou características tanto mobilizadoras (ACT, Denúncia), como conciliadoras (PLR/PPR) (**TABELA 3**).

Já o estado de SC que também concentrou a produção de boletins entre trabalhadores de “call-centers” 42,9%, apresentou características mais híbridas; entre as empresas “core”, 33,3% dos boletins emitidos veiculavam denúncias contra estas empresas, porém em 33,3% dos boletins constavam o tema Remuneração Variável PLR/PPR, demonstrando que no setor “core” das empresas de telecomunicações, o sindicato catarinense ainda que mobilizado, consegue negociar com as empresas ganhos variáveis, que dependem da adesão dos trabalhadores às metas da empresa, e portanto de uma postura mais colaborativa. Nesse processo o sindicato surge como elo que liga interesses empresariais e trabalhistas, adotando uma postura mais conciliadora, embora não submissa conforme indicam os outros 33,3% dos boletins que demonstram a mobilização deste sindicato.

Entre empresas subcontratadas o sindicato publicou em 100% de seus boletins o tema ACT, chamando os trabalhadores para organizar e votar as pautas de ACT, articulando-se de forma a mobilizar a categoria e promover a organização de seus interesses.

Entre os “call-centers” o sindicato catarinense se mostrou mobilizador, pois em 50% dos boletins constava o tema ACT, e em 33,3% o tema denúncia.

Analisando os três segmentos de empresas pode-se perceber que o sindicato catarinense ainda que altamente mobilizado, tem acentuada sua mobilização naquelas empresas mais a ponta da rede, como entre os “call-centers” (**TABELA 3**).

O Estado do DF em 2005 concentrou suas atividades entre “call-centers” 42,5%, seguidos de empresas “core” 35,6% e terceirizadas 17,6%. Na totalidade de seus boletins, faziam referência a ACT 47,4% deles, o segundo tópico mais

listado foi Denúncia 12,1%, seguidos de PLR/PPR 9,5% e Marketing Sindical 9,1%.

O sindicato do DF em 2005 apresentou uma postura semelhante ao sindicato do RS, onde nos três segmentos de empresas houve um hibridismo mobilização/colaboracionismo, indicado pela ocorrência nos boletins de temas referentes tanto a Mobilização (ACT, Denúncia) como Colaborativos (PLR/PPR). O sindicato do DF foi o único a realizar Dissídio em 2005, onde 2,9% dos boletins emitidos para trabalhadores de “call-centers” faziam referência a este tema.

Entre boletins das empresas “core” constavam o tema ACT em 52,2%, entre subcontratadas 44,4% e entre “call-centers” 43,8%. Já a remuneração variável (PLR/PPR), nos boletins das empresas “core” totalizaram 33,3%, nas subcontratadas 11,1% e “call-centers” 7,6%. O sindicato do DF foi o que mais fez Marketing Sindical, listando o tema nos boletins das empresas core 10,4% das vezes, nas subcontratadas 8,9% e nos “call-centers” 7,6%, este sindicato também foi o que apresentou uma postura mais homogênea entre os três segmentos empresariais observados (**TABELA 3**).

O sindicato de SP apresentou a configuração mais distinta entre os quatro sindicatos analisados, este publicou boletins somente para trabalhadores de empresas “core”. E em 31% dos boletins contava o tema ACT, já o tema denúncia contou em 24,1% dos boletins publicados em 2005, seguidos de Marketing Sindical 10,3% e informações Gerais 10,3% (**TABELA 3**).

Tabela 3 – Comparativo dos Temas Emitidos nos Boletins por Segmentos de Empresas em 2005

| | CORE | | | | Sub | | | | Call | | | |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|------|--------|--------|--------|------|
| | RS | SC | DF | SP | RS | SC | DF | SP | RS | SC | DF | SP |
| Denúncia | 6,5% | 33,3% | 15,7% | 24,1% | 11,5% | | 17,8% | | 15,0% | 33,3% | 11,4% | |
| ACT | 61,3% | | 52,2% | 31,0% | 61,5% | 100,0% | 44,4% | | 52,5% | 50,0% | 43,8% | |
| Mobilização | | | | | 3,8% | | | | 2,5% | | 12,4% | |
| PLR/PPR | 9,7% | 33,3% | 9,6% | 3,4% | | | 11,1% | | 7,5% | | 7,6% | |
| InfoGeral | | | 2,6% | 10,3% | | | | | | | | |
| Marketing | 3,2% | | 10,4% | 10,3% | 7,7% | | 8,9% | | 10,0% | | 7,6% | |
| PolitSind | 9,7% | | 4,3% | 6,9% | 7,7% | | 2,2% | | 10,0% | 16,7% | 1,0% | |
| ChamMobil | | | | | | | 8,9% | | | | 7,6% | |
| Cultural | | | 0,9% | 3,4% | | | | | 2,5% | | | |
| Plan. Saúde | 33,3 | 33,3% | 0,9% | | | | | | | | | |
| Periculosidade | | | | | | | | | | | | |
| Salário | 9,7% | | 0,9% | | | | 2,2% | | | | 1,0% | |
| Polit. Nacional | | | | | | | | | | | | |
| Emprego | | | | | | | 2,2% | | | | 2,9% | |
| Condições de Trabalho | | | 2,6% | 10,3% | 7,7% | | 2,1% | | | | 1,9% | |
| Assistencial | | | | | | | | | | | | |
| Dissídio | | | | | | | | | | | 2,9% | |
| Total | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 0,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 0,0% |

Fonte: Boletins sindicais do RS, SC, DF e SP em 2005

No ano de 2006, a concentração da emissão de boletins variou entre os quatro Estados estudados, os Estados do RS e SP concentram suas publicações entre trabalhadores de empresas “core”, sendo que o sindicato do RS publicou 43,8% boletins entre trabalhadores das empresas “core”, enquanto que o sindicato de SP publicou 100% de seus boletins neste setor. Os Estados de SC e DF concentraram a publicação de seus boletins entre trabalhadores de “call-centers”, o sindicato catarinense publicou 69,6% de seus boletins para estes trabalhadores, enquanto que o sindicato do DF fez o mesmo em 57,9% de seus boletins (**TABELA 4**).

Os principais temas contidos nos boletins foram os mesmos em todos os sindicatos, com exceção de SP. O tema mais citado foi novamente ACT, entre os boletins do RS 54,7%, SC 31,8%, DF 48,2% e SP 26,9%; sendo que em SP o tema Denúncia também ocupou 26,9% dos boletins.

O tema denúncia foi o segundo mais citado entre os boletins dos mais Estados, RS 10,7%, SC 18,2%, 10,4% e SP 26,9%. Entre os quatro estados, constou nos boletins o tema Mobilização na seguinte frequência o RS 5,3%, SC 9,1%, DF 1,8% e SP 3,8%. Com exceção de SP os demais estados negociaram PLR/PPR, criando a coexistência de uma postura mobilizadora, mas nem por isso fechada ao diálogo, pois a negociação de remuneração variável (PLR/PPR) exige competências conciliadoras, das quais os sindicatos do RS, SC E DF tiveram que se utilizar (**TABELA 5**).

Tabela 4 – Distribuição de Boletins por Setor a cada Estado em 2006

| | | Estado | | | |
|--------------|------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | RS | SC | DF | SP |
| Setor | Core | 43,8% | 21,7% | 20,4% | 100,0% |
| | Sub | 28,8% | 8,7% | 21,7% | |
| | Call | 27,4% | 69,6% | 57,9% | |
| Total | | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: Boletins sindicais do RS, SC, DF e SP em 2006

Tabela 5 – Frequência de Tópicos por Estado em 2006

| | | Estado | | | | |
|---------------|-------------------|--------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | RS | SC | DF | SP | |
| Tópico | Denuncia | 10,7% | 18,2% | 10,4% | 26,9% | |
| | ACT | 54,7% | 31,8% | 48,2% | 26,9% | |
| | Mobilização | 5,3% | 9,1% | 1,8% | 3,8% | |
| | PLR/PPR | 9,3% | 4,5% | 9,1% | | |
| | Info. Geral | 1,3% | | 2,4% | 15,4% | |
| | Marketing | 5,3% | 13,6% | 3,0% | 15,4% | |
| | Polit. Sind. | 10,7% | | 11,6% | 7,7% | |
| | Cham. Mobil | | 9,1% | ,6% | | |
| | Cultural | 1,3% | | 1,2% | | |
| | Plano de Saúde | | 4,5% | | | |
| | Política Nacional | | | | 3,8% | |
| | Emprego | 1,3% | 9,1% | 7,9% | | |
| | Condic. de Trab. | | | 3,7% | | |
| | Total | | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: Boletins sindicais do RS, SC, DF e SP em 2006

Ainda que na distribuição geral dos boletins os sindicatos tenham apresentado posturas semelhantes, ao analisá-los a cada segmento de empresas é possível perceber que suas posturas se diferenciam.

O “Estado do RS ainda que mobilizado em 2006, tendo concentrado suas atividades no setor “core”; deixando os call-centers” como segmento em que menos manifestou atividade de comunicação por meio de boletins, apresentou-se mais mobilizado nos setores “core” e de subcontratadas. O RS publicou o

tema ACT nos boletins entre trabalhadores de empresas “core” 46,9% das vezes, nas subcontradas 76,2% e “call-centers” 50%. Já o tema Denúncia constou nos boletins na seguinte frequência, “core” 15,6% e “call-centers” 15%, sem ser listado em nenhum boletim para trabalhadores de subcontradas. O mesmo sindicato publicou mobilização ativa dos trabalhadores em 6,3% dos boletins das empresas “core”, 4,8% das subcontradas e 5% dos “call-centers”.

Ainda referindo-se a questão PLR/PPR esta constou nos boletins das empresas “Core” 12,5% e “call-centers” 15%, não sendo listado nos boletins das subcontradas. As inferências destes números permitem perceber que ainda que mobilizador, o sindicato gaúcho foi capaz de desenvolver uma postura conciliadora com as empresas “core” e “call-centers”, e uma postura mais pacífica com os “call-centers” (**TABELA 6**).

O estado de SC em 2006 apresentou uma postura altamente mobilizadora, ainda que tenha desenvolvido uma postura híbrida entre empresas “core”. O sindicato catarinense publicou em seus boletins o tema ACT entre empresas “core” 60% das vezes e entre “call-centers” 31,3%. Já o tema denúncia constou entre os boletins de empresas “core” 20% das vezes e “call-centers” 18,8%. O Tema mobilização esteve entre os boletins de “call-centers” 12,5% das vezes. Entre as empresas subcontradas, nenhum dos temas anteriores estiveram referidos nos boletins, neste setor, a postura adotada pelo sindicato foi de marketing sindical em 50% dos boletins, e nos outros 50% restantes a comunicação do tema Emprego, onde o sindicato desenvolveu no ano de 2006, uma luta em defesa de postos de trabalho no setor de subcontradas, demonstrando que um fator conjuntural, acabou por modificar a pauta dos boletins num setor específico (**TABELA 6**).

O estado do DF concentrou a publicação de boletins para trabalhadores de empresas de “call-centers” 57,9%, vindo na sequência os trabalhadores de subcontratadas 21,7% e “core” 20,4%. Entre a totalidade dos boletins do sindicato do DF a maioria fez referência ao tema ACT 48,2%, seguidos de Política Sindical 11,6%, Denúncia 10,4%, PLR/PPR 9,1%; e o tema Mobilização, que diz respeito à mobilização ativa dos trabalhadores constou em apenas 1,98% dos boletins.

A análise por setores empresariais demonstra especificidades na ação do sindicato do DF. O tema ACT esteve presente com mais frequência entre “call-centers” 61,2% e empresas “Core” 58,3%, enquanto que entre empresas subcontratadas o mesmo tema esteve listado em 38,1% dos boletins. O Tema Denúncia esteve nos boletins das empresas “core” numa frequência de 18,1%, “call-centers” 9,7% e subcontratadas 7,1%.

O tema Mobilização também constou entre boletins dos três segmentos, “core” 6,3%, subcontratadas 4,8% e “call-centers” 1,5%

O sindicato do DF apresentou destaque na publicação do tema Emprego, listado entre boletins dos três segmentos analisados, “core” 4,2%, subcontratadas 19% e “call-centers” 15% dos boletins, demonstrando forte atividade deste sindicato na defesa de postos de trabalho

Importante ressaltar a postura do sindicato do DF no setor de empresas “core”, pois neste setor a ação sindical apresentou características híbridas, onde as publicações que apontam uma postura mobilizadora quanto publicou temas como Denúncia, ACT e Emprego, como também uma postura colaborativa ao publicar também sua negociação de remuneração variável PLR/PPR com as empresas (**TABELA6**).

O sindicato de SP novamente publicou boletins apenas entre empresas “core”, mas apresentou postura bastante mobilizadora, pois 43,8% dos boletins faziam continham o tema mobilização, valor que corresponde também ao percentual de boletins que continham o tema denúncia.

O tema PLR/PPR, não constou em nenhum boletim, o que demonstra que embora este sindicato concentre suas atividades entre empresas core, isso não contribui para a criação de uma postura menos combativa, antes este sindicato apresentou as características mais mobilizadores entre os quatro sindicatos analisados no ano de 2006 (**TABELA6**).

Tabela 6 – Comparativo dos Temas Emitidos nos Boletins por Segmentos de Empresas em 2006

| | CORE | | | | Sub | | | | Call | | | |
|-----------------------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|--------|----|--------|--------|--------|----|
| | RS | SC | DF | SP | RS | SC | DF | SP | RS | SC | DF | SP |
| Denúncia | 15,6% | 20,0% | 18,1% | 43,8% | | | 7,1% | | 15,0% | 18,8% | 9,7% | |
| ACT | 46,9% | 60,0% | 58,3% | 43,8% | 76,2% | | 38,1% | | 50,0% | 31,3% | 61,2% | |
| Mobilização | 6,3 | | | 6,3% | 4,8% | | 4,8% | | 5,0% | 12,5% | 1,5% | |
| PLR/PPR | 12,5% | 20,0% | 13,9% | | | | 2,4% | | 15,0% | | 3,0% | |
| Info. Geral | | | | | | | 9,5% | | | | | |
| Marketing | 6,3% | | | | | 50,0% | 4,8% | | 10,0% | | 6,0% | |
| Polit. Sind | 12,5% | | 1,4% | | 14,3% | | 4,8% | | 5,0% | | 11,2% | |
| ChamMobil | | | | | | | 2,4% | | | 12,5% | 2,2% | |
| Cultural | | | | | | | | | | | | |
| Plan. Saúde | | | | | | | | | | 6,3% | 0,7% | |
| Periculosidade | | | 1,4% | | | | | | | | | |
| Salário | | | | | | | | | | | 1,5% | |
| Polit. Nacional | | | | 6,3% | | | | | | | | |
| Emprego | | | 4,2% | | 4,8 | 50,0% | 19,0% | | | 6,3% | 15,0% | |
| Condições de Trabalho | | | 2,8% | | | | 7,1% | | | | 1,5% | |
| Assistencial | | | | | | | | | | | | |
| Dissídio | | | | | | | | | | | | |
| Total | 100,0% | 100,0% | 100,0% | | 100,0% | 100,0% | 100,0% | | 100,0% | 100,0% | 100,0% | |

Fonte: Boletins sindicais do RS, SC, DF e SP em 2006

No ano de 2007, a concentração da emissão de boletins variou entre os quatro Estados estudados, os Estados do RS e DF concentram suas Publicações entre trabalhadores de empresas de “call-centers”, sendo que o sindicato do RS publicou 43,1% boletins entre trabalhadores de “call-centers”, enquanto que o sindicato do DF publicou 46,4% de seus boletins neste setor. O Estado de SC concentrou a publicação de boletins entre empresas subcontratadas, 60% do total, e o sindicato de SP repetiu a mesma prática dos anos anteriores, publicando boletins apenas para trabalhadores do setor “core” **(TABELA 7)**.

O tópico mais listado entre os boletins foi novamente o tema ACT, com exceção do Estado de SC. O Tema ACT contou nos boletins nas seguintes frequências, RS 44,7%, DF 52,4%, SP 29,7% e SC 9,7%.

O segundo tópico mais listado foi Denúncia, na frequência de RS 21,2%, SC 22,6%, DF 14,9% e SP 10,8% **(TABELA 8)**.

Tabela 7 – Distribuição de Boletins por Setor a cada Estado em 2007

| Setor | Estado | | | |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | RS | SC | DF | SP |
| Core | 39,2% | 23,3% | 40,4% | 100,0% |
| Sub | 12,7% | 60,0% | 13,1% | |
| Call | 48,1% | 16,7% | 46,4% | |
| Total | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: Boletins sindicais do RS, SC, DF e SP em 2007

Tabela 8 – Frequência de Tópicos por Estado em 2007

| | | Estado | | | | |
|---------------|-------------------|--------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | RS | SC | DF | SP | |
| Tópico | Denúncia | 21,2% | 22,6% | 14,9% | 10,8% | |
| | ACT | 44,7% | 9,7% | 52,4% | 29,7% | |
| | Mobilização | 10,6% | 22,6% | 7,6% | 5,4% | |
| | PLR/PPR | 9,4% | 6,5% | 8,7% | | |
| | Info. Geral | | 6,5% | 2,2% | 5,4% | |
| | Marketing | 2,4% | 25,8% | 4,0% | 5,4% | |
| | Polit. Sind. | 5,9% | 3,2% | 6,9% | 8,1% | |
| | Cham. Mobil | | | | 2,7% | |
| | Cultural | 4,7% | 3,2% | | | |
| | Plano de Saúde | 1,2% | | ,7% | 27,0% | |
| | Periculosidade | | | 1,8% | | |
| | Salário | | | ,4% | 5,4% | |
| | Política Nacional | | | ,4% | | |
| | Total | | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: Boletins sindicais do RS, SC, DF e SP em 2007

A análise dos sindicatos por segmento em 2007 apresentou características interessantes.

O estado do RS esteve bastante mobilizado nos três segmentos empresariais analisados, sendo que no segmento “core” o sindicato apresentou uma postura híbrida.

O tema ACT esteve listado nos boletins dos três segmentos na seguinte frequência, “Core” 48,4%, subcontratadas 40% e “call-centers” 48,7%. Já o tema denúncia foi listado nos três segmentos analisados, “core” 19,4%, subcontratadas 30% e “call-centers” 23,1%.

O tema Mobilização constou nos três segmentos tendo como destaque o segmento de subcontratadas, “core” 9,7%, subcontratadas 20% e “call-centers” 10,3%. O tema PLR/PPR foi listado apenas entre boletins dos segmentos “core” 19,4% e “call-centers” 5,1%.

O Estado de SC apresentou uma postura diversa, em que o tema ACT esteve pouco presente nos boletins, “core” 28,6%, subcontratadas 5,3% sendo que entre “call-centers” o tema não foi emitido. O tema Denúncia foi listado na frequência de, “core” 14,3%, subcontratadas 15,8% e “call-centers” 50%.

O tema Mobilização esteve presente apenas entre o segmento de subcontratadas 42,1%; enquanto que o tema Marketing Sindical esteve lista nos boletins dos três segmentos, “core” 28,6%, subcontratadas 26,3% e “call-centers” 25%.

O tema PLR/PPR esteve entre os boletins dos segmentos “core” 14,3% e “call-centers” 25%. Além de uma postura híbrida nos segmentos “core” e “call-centers”, foi possível constatar que o sindicato catarinense promoveu amplamente Marketing de sua instituição.

O sindicato do SC embora altamente mobilizado em 2007 esteve disposto a desenvolver uma postura mais conciliadora entre empresas “core” e “call-centers”. Entre empresas “core” ainda que os temas Denúncia 14,3% e ACT 28,6% estivessem entre os mais listados nos boletins, dividiram espaço com o tema PLR/PPR 19,4%, demonstrando uma situação híbrida do sindicato no referido setor. No setor de “call-centers” a postura mobilizada indicada pelos temas Denúncia 50% e Marketing sindical 25%, foi compartilhada com uma postura colaborativa PLR/PPR 25% (**TABELA 9**).

O sindicato do DF em 2007 apresentou uma postura mais híbrida entre os três segmentos analisados. O tema ACT constou nos três segmentos empresariais nas seguintes frequências, “core” 49%, subcontratadas 57,9% e “call-centers” 55,7%. O tema Denúncia apresentou as frequências seguintes, “core” 23,1%, subcontratadas 8,8% e “call-centers” 11,3%.

O Tema Mobilização também constou entre os boletins dos três segmentos observados, “core” 2,9%, subcontratadas 14% e “call-centers” 9,4%. O tema PLR/PPR constou nos boletins com as seguintes frequências, “core”12,5%, subcontratadas 3,5% e “call-centers” 8,5%. Estes números demonstram que embora adotando uma postura mobilizadora nos três segmentos observados, o sindicato do DF foi capaz de desenvolver uma atitude conciliadora nos três segmentos ao negociar PLR/PPR (**TABELA 9**).

O sindicato de SP, como nos anos anteriores publicou boletins apenas para trabalhadores do setor “core”, sendo que foi o sindicato que apresentou em seus boletins apenas temas que apontam para uma postura mobilizadora deste sindicato, o tema ACT totalizou 28,9% dos boletins, Plano de Saúde 26,3%, Denúncia 10,5% (**TABELA 9**).

Tabela 9 – Comparativo dos Temas Emitidos nos Boletins por Segmentos de Empresas em 2007

| | CORE | | | | Sub | | | | Call | | | |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|------|--------|--------|--------|------|
| | RS | SC | DF | SP | RS | SC | DF | SP | RS | SC | DF | SP |
| Denúncia | 19,4% | 14,3% | 23,1% | 10,5% | 30,0% | 15,8% | 8,8% | | 23,1% | 50,0% | 11,3% | |
| ACT | 48,4% | 28,6% | 49,0% | 28,9% | 40,0% | 5,3% | 57,9% | | 48,7% | | 55,7% | |
| Mobilização | 9,7 | | 2,9% | 5,3% | 20,0% | 42,1% | 14,0% | | 10,3% | | 9,4% | |
| PLR/PPR | 19,4% | 14,3% | 12,5% | | | | 3,5% | | 5,1% | 25,0% | 8,5% | |
| InfoGeral | | 14,3% | 1,0% | 5,3% | | 5,3% | 1,8% | | | | 0,9% | |
| Marketing | | 28,6% | 3,8% | 5,3% | 10,0% | 26,3% | 7,0% | | 2,6% | 25,0% | 2,8% | |
| PolitSind | | | 2,9% | 7,9% | | | 3,5% | | | | 10,4% | |
| ChamMobil | | | | 2,6% | | | | | | | | |
| Cultural | | | | | | 5,3% | | | | | | |
| Plan. Saúde | 3,2 | | | 26,3% | | | 1,8% | | | | 0,9% | |
| Periculosidade | | | 4,8% | | | | | | | | | |
| Salário | | | | 5,3% | | | 1,8% | | | | | |
| Polit. Nacional | | | | 2,6% | | | | | | | | |
| Emprego | | | | | | | | | | | | |
| Condições de Trabalho | | | | | | | | | | | | |
| Assistencial | | | | | | | | | | | | |
| Dissídio | | | | | | | | | | | | |
| Total | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 0,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 0,0% |

Fonte: Boletins sindicais do RS, SC, DF e SP em 2007

7. CONCLUSÕES

Ao chegar ao fim deste estudo não pretendo apresentar considerações conclusivas sobre o tema em questão, mas sim lançar luz sobre um tema tão debatido no Brasil, mas pouco teorizado. Esta iniciativa surge da intenção de incitar um debate que traga para discussão, variáveis e indicadores que possam servir de instrumento replicável e assim colabore para o estabelecimento de um debate de cunho acadêmico fundamentado em dados comparáveis.

O presente estudo surge da necessidade de discutir com a literatura corrente, a qual traz a interpretação de que a ação sindical no Brasil apresenta características homogêneas, e que nos últimos anos a ação sindical estaria caminhando para um perfil pouco mobilizador e passivo.

Buscando debater com essa interpretação, conforme os objetivos propostos acima, o presente trabalho foi organizado de forma a analisar a comunicação sindical no do Setor de Telecomunicações nos estados do RS, SC, DF e SP; na intenção de verificar se a ação sindical nos quatro estados analisados era homogênea, e se a mesma apresentava postura mobilizadora ou conciliadora.

A intenção de realizar este estudo surgiu da necessidade de realizar um trabalho que permitisse a comparação entre Estados e também analisar como em um mesmo Estado o mesmo sindicato poderia atuar frente a diferentes segmentos empresariais, uma vez que os sindicatos de telecomunicações atuam em um setor que comporta um mosaico de empresas que estabelecem relações de concorrência, colaboração e subcontratação.

Os resultados obtidos nas análises dos boletins sindicais dos estados do RS, SC, DF e SP refutam a interpretação de que haveria a institucionalização da ação sindical.

As hipóteses do presente estudo foram corroboradas pelos resultados obtidos, na medida em que, uma diversidade de posturas sindicais foi verificada, onde, ainda que “preferências típicas” tenham sido verificadas, em alguns casos a postura dos sindicatos diferenciou-se, o que aponta que questões ligadas ao contexto específico dos sindicatos em questão pode ser determinante para a definição do tipo de postura adotada pelos sindicatos. Essa mesma diversidade de atitudes e posturas afirma a reflexividade dos atores observados, pois a diversidade de atitudes demonstra diferentes escolhas tomadas pelos atores sociais considerados neste estudo, escolhas estas diferenciadas em função dos diferentes objetivos estabelecidos pelos atores e/ou em função de diferentes avaliações que estes atores fizeram dos demais atores que com eles interagem, neste caso, as corporações de TELECOM.

A coexistência de “preferências típicas”, como por exemplo, a predominância de temas como ACT e Denúncia nos boletins, e temas que ganharam destaque em momentos específicos aponta para a co-determinação dos fenômenos sociais analisados, onde não apenas fatores estruturais são preponderantes para a definição do tipo de ação desenvolvida pelos atores aqui analisados, antes questões específicas acabaram servindo de elemento fundamental para definição do tipo de ação desenvolvida pelos atores.

Esta constatação não nega o poder coercitivo das estruturas com maior extensão espaço-temporal, apenas redefine a interpretação de sua capacidade coercitiva, ao entender que não somente estas estruturas, mas estruturas

menores que coexistem com estas estruturas mais amplas têm papel fundamental na determinação de questões contextuais e conjunturais.

Uma vez co-determinados, os fenômenos sociais corroboram a teoria sociológica que norteia este estudo, quando esta teorização afirma que os fenômenos sociais não são resultado passivo de uma ordem estrutural impositiva e rígida, mas sim produtos de ações, reações e estratégias dos agentes sociais envolvidos, em que estruturas e agentes constituem a teia que formata as ações sociais e dão sustentabilidade e continuidade às relações sociais.

Os dados permitem verificar uma diversidade de posturas dos sindicatos. As posturas verificadas podem ir de uma postura mobilizada a uma postura colaborativa, ficando algumas vezes a meio caminho, quando os sindicatos apresentam uma postura mobilizadora, mas também uma postura aberta para colaborar quando se trata de negociar questões como remuneração variável (PPR/PLR).

Os sindicatos apresentaram posturas diferentes em cada setor a cada ano.

Embora os sindicatos, na maioria das vezes, desenvolvessem uma postura híbrida no segmento “core”, por vezes estiveram mais mobilizados neste setor como o RS em 2006. No segmento “call-center”, que muitas vezes é considerado como o segmento mais precário do setor, alguns sindicatos foram mobilizadores (SC 2005 e 2006, DF 2006), como também colaborativos em outros momentos (RS 2005, 2006 e 2007, SC 2007 e DF 2007), indicando que esta interpretação não se confirma entre os sindicatos, pois estes em algum

momento se mostraram dispostos a desenvolverem uma postura colaborativa com empresas do setor.

Ainda que o segmento “call-center” seja considerado o setor mais à ponta da rede do setor, e portanto, mais precarizado, o segmento no qual os sindicatos estiveram mais mobilizados e combativos, foi o segmento de subcontratadas. Neste setor a grau de mobilização dos sindicatos foi mais intenso (RS 2005, 2006 E 2007, SC 2005, 2006 E 2007, DF 2006)

Ainda que a maioria dos sindicatos tenham sido mobilizadores no segmento de subcontratadas, isso não indica a homogeneização/institucionalização das práticas sindicais, pois nos demais setores as posturas e práticas sindicais variam segundo os dados anteriormente apontados.

Esta constatação aponta para a ação autônoma de cada sindicato e a capacidade destes agentes de tecerem estratégias próprias de forma criativa em cada segmento de empresas em questão.

Tais dados respondem ao segundo objetivo de pesquisa que buscava compreender que tipo de postura os sindicatos desenvolvem. A constatação que os dados permitem, é a de que as posturas sindicais podem ser diversas, indo de um pólo mobilizador a um colaborativo, ou até mesmo uma postura híbrida, onde ainda que mobilizado, o sindicato é capaz de desenvolver uma postura que permita negociar com as empresas questões que façam com que sindicato e trabalhadores venham a colaborar com planos e metas das empresas quando negociam questões como remuneração variável (PPR/PLR).

Quanto ao primeiro objetivo, foi possível perceber que os sindicatos desenvolvem um tipo de ação autônoma. Pois o fato de desenvolverem posturas

e práticas diferentes a cada estado, e a cada segmento, serve de indicador para demonstrar que as práticas executadas, são resultados de escolhas destes atores; e não resultado de uma diretriz oriunda de uma definição acordada pelos sindicatos de uma mesma federação ou central sindical, ou até mesmo resultado de um constrangimento econômico em que o mercado, e/ou as empresas do setor de TELECOM fossem capazes de determinar a ação sindical, como costuma apontar a interpretação que afirma que a ação sindical contemporânea é determinada pela nova ordem econômica mundial, que se sobrepõe as capacidades da instituição sindical.

Reforça a interpretação que aponta a autonomia dos sindicatos o fato de não haver nos boletins a ocorrência de comunicações que indiquem realização de dissídios ou convenções coletivas. Pois o primeiro apontaria para o fato de o sindicato não ser capaz de realizar ACTs com as empresas, e assim ter que recorrer ao suporte Jurídico/Estatual para concretização do mesmo, podendo gerar assim uma situação em que um caráter tutelar do Estado pudesse se configurar como ocorrido em décadas anteriores; já a realização de convenções coletivas apontaria para um acordo entre os sindicatos em questão, o que poderia fazer com que interesses locais dos sindicatos acabassem sendo suprimidos pela força de uma convenção coletiva que considera questões de caráter macro e muitas vezes deixa descobertas questões específicas de cada contexto em que estão inseridos cada ator, neste caso, sindicatos de cada estado.

Conclui-se, portanto, que os sindicatos do setor de telecomunicações, enquanto atores sociais são autônomos e criativos, desenvolvendo posturas

atitudinais diversas, em que a contingência da ação é um elemento constituinte do fazer sindical.

Sendo assim cumpre ao observador social um olhar mais especializado, que vá do geral ao específico, considerando que, embora haja uma estrutura econômico/social mais ampla, as especificidades de cada contexto são também significativas para a elaboração de estratégias e execução das práticas pelos diversos atores sociais os quais dia-a-dia estabelecem fins e os buscam considerando as práticas dos demais atores, sejam estes outros atores pertencentes a um contexto imediato, ou mais amplo.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "Década Neoliberal" (1990-2000)

Revista de Sociologia Política, n.19, p.71-94. 2002.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000. In: G. A. (Org.) (Ed.). **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo - SP.: Boitempo, 2006. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000

Araujo, S. M. D., M. Ferraz, *et al.* O SINDICALISMO E O MOVIMENTO DO CAPITAL: bancários, metalúrgicos e telefônicos no Paraná*. **Caderno CRH**, v.18, n.45, Jan/Abr 2005, p.137-149. 2005.

Boito_Jr, A. De volta para o novo corpotativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, v.8. 1994.

_____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, v.3, p.80-104. 1996.

Castells, M. **A sociedade em rede**. São Paulo-SP: Paz e Terra, v.1. 1999

Cavalcante, S. **Ação sindical em meio ao processo de privatização das telecomunicações no Brasil**.

Costa, H. A. A transnacionalização do sindicalismo na semiperiferia: pistas para uma análise comparada entre Portugal e o Brasil*. IV Congresso Português de Sociologia 2000.

Estanque, E. Um sociólogo na fábrica: para uma metodologia de envolvimento social. In: T. H. Caria (Ed.). **Experiência Etnográfica em Ciências Sociais**. Santa maria da Feira: Rainho & Neves, 2003. Um sociólogo na fábrica: para uma metodologia de envolvimento social, p.61-76

Giddens, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 2003

Guimarães, S. M. K. Sindicatos em Transformação "Modelos de Ações Sindical - o debate internacional" 2005.

_____. O futuro dos sindicatos: estudo sobre os sindicatos de telecomunicações no Brasil. **Caderno CRH**, v.19, n.47. 2006.

_____. Telecomunicações: Mudanças nas mudanças, subcontratação e sindicatos. **ALAST**. Uruguai 2007.

Hyman, R. OS Sindicatos e a integração econômica européia. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v.3, n.5, p.158-182. 1997.

May, T. **Pesquisa Social: Questões, métodos e Processos**. Porto Alegre: Artmed. 2004. 467 p.

Neto, A. C. e M. D. A. Neves. O sindicalismo mineiro frente aos desafios dos anos 90. **Sociologias**, p.226-257. 2000.

Neto, J. F. S. Liberdade Sindical e Negociação Coletiva no contexto Brasileiro. In: (Ed.). **O Trabalho no Brasil no Limiar do século XXI**. São Paulo: LTr 1995. Liberdade Sindical e Negociação Coletiva no contexto Brasileiro, p.273-289

Pochmann, M. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente. In: C. E. B. D. Oliveira (Ed.). **Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo - SP: Scritta, 1996. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente

_____. Desafios Atuais do Sindicalismo Brasileiro. In: E. D. L. Garza (Ed.). **Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Desafios Atuais do Sindicalismo Brasileiro

Puglise MI e Franco B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro. 2005

Santos, A. D. O. A Nova Crise do Sindicalismo Internacional. In: R. Antunes (Ed.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. A Nova Crise do Sindicalismo Internacional, p.447-459

Silva, S. S. E. e E. J. Gracioli. Os novos paradigmas do trabalho e a mutação do sindicalismo. 2001.

Simões, A. M., E. A. Fernandes, *et al.* REESTRUTURAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOBRE O PERFIL E O NÍVEL DE EMPREGO DO SETOR NO ESTADO DA BAHIA. **Emprego e Emprego**.

Weber, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, v.02. 1995

_____. **Weber - Coleção Grandes Cientistas Sociais**: Atica. 2004